Fórum Corteva V Fórum Pioneer Indoor

A PAC – Política Agrícola Comum – objetivos, evolução e tendências

Santarém | 14 de novembro de 2024 Eduardo Diniz, Diretor-Geral

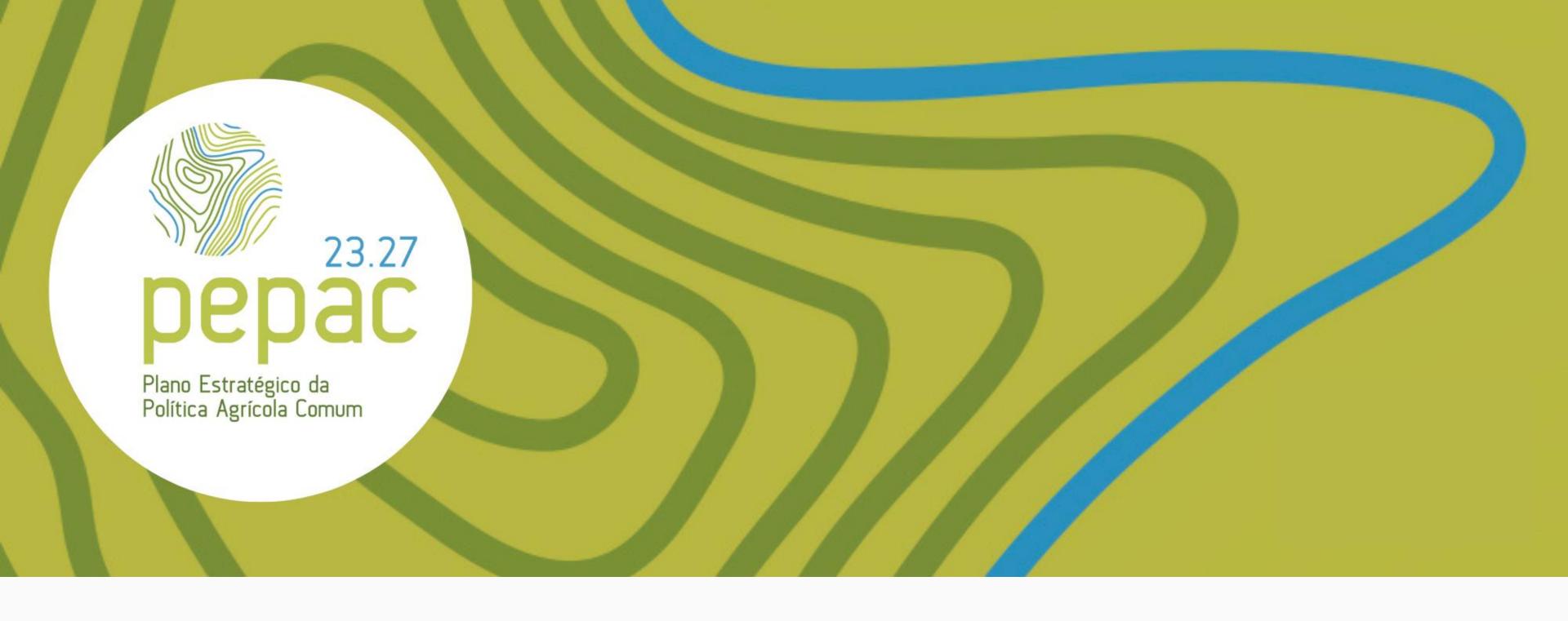








- 1. Política Agrícola Comum Aplicação em Portugal;
 - 1.1. Motivos para a reprogramação PEPAC
 - 1.2. Orientações estratégicas
 - 1.3. Síntese das alterações propostas
- 2. Perspetivas de evolução da PAC no contexto político do pós-2028.



Motivos para a Reprogramação do PEPAC



Aplicação dos Planos Estratégicos pela primeira vez, na UE em geral e também em PT, coincidiu/gerou perda de rendimento a muitos agricultores devido a um processo inflacionista e agravado por um processo não gradualista de transição ecológica:

- **FATORES EXTERNOS**: Pandemia, seca, conflitos geopolíticos, e consequente processo inflacionista;
- FATORES INTERNOS: Ambiciosa arquitetura verde/Pacto Ecológico Europeu, complexidade administrativa, mecanismos redistributivos entre agricultores acentuados pelas opções nacionais.

INFLAÇÃO + REDUÇÃO APOIOS = AUMENTO CUSTOS + REDUÇÃO RECEITAS =

RISCO VIABILIDADE ECONÓMICA

de explorações em vastas áreas do território



Alterações de contexto e Reprogramação PEPAC



A inflação diminuiu em termos reais o valor dos apoios da PAC e causou diminuições reais de rendimento que colocam em causa a viabilidade de uma parte importante da superfície agroflorestal.

Evolução Real do Rendimento Líquido de Exploração de 2023 face a 2021

	Valores nominais			Valores reais atualizados a 2023		
	2021	2023	Variação de Rendimento	2021	2023	Variação de Rendimento
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Rendimento Empresarial Líquido	2 346	2 318	-28	2 639	2 318	-321

Fonte: GPP a partir de Contas Económicas da Agricultura e IPC

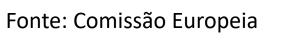


Nível de pagamento definido nos documentos de estratégia por Estado-Membro para o apoio ao rendimento base

MS	Total – direct payments EUR/ha annual	BISS EUR/ha annual
AT	269	189
BE - FL	325	194
BE - WA	359	110
BG	211	101
CY	358	233
CZ	227	67
DE	248	147
DK	321	227
EE	212	110
EL	487	214
ES	232	128
FI	230	130
FR	268	130
HR	344	130
HU	269	147
IE	269	165
п	348	167
LT	220	82
LU	270	132
LV	193	90
MT ²³	1083	638
NL	298	180
PL	252	120
РТ	215	81
RO	204	101
SE	237	138
SI	292	184
SK	219	104
EU	261	134



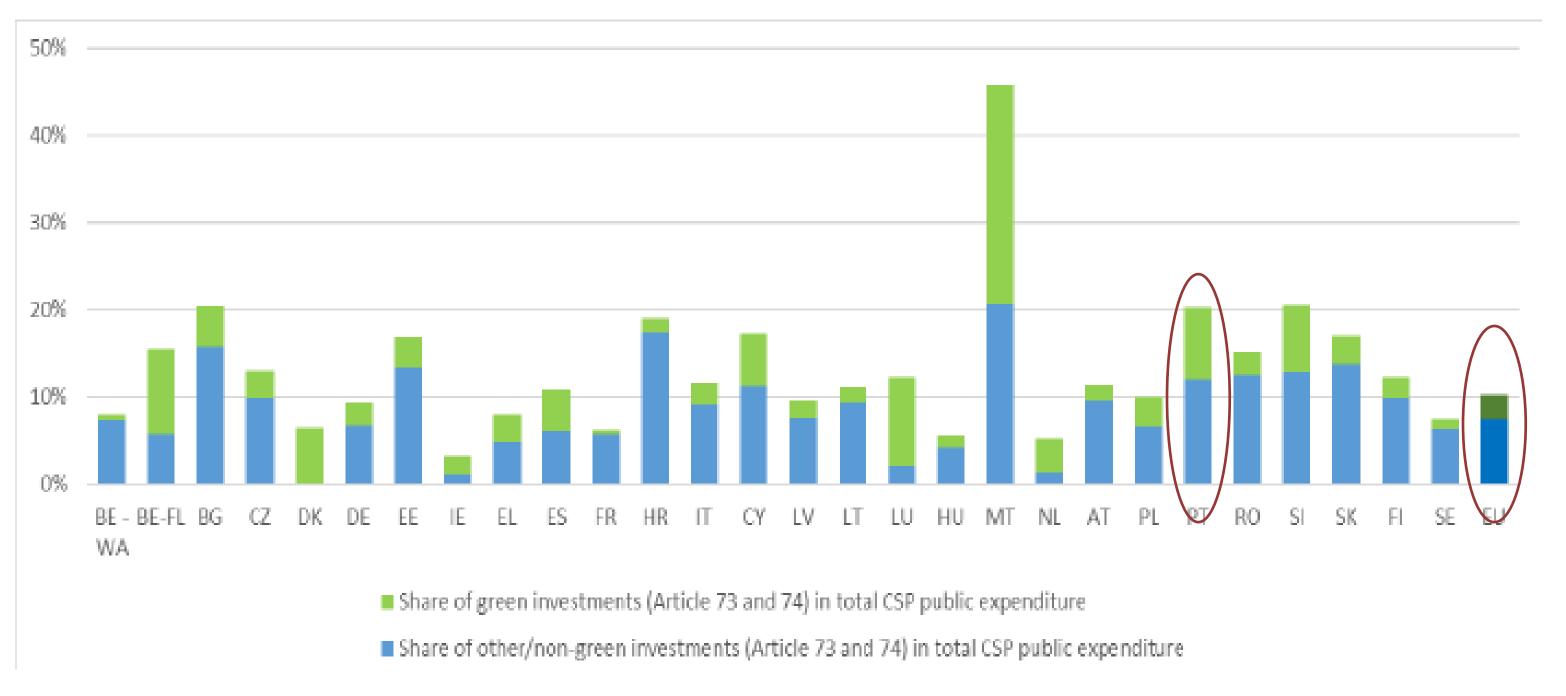
Agricultores portugueses com um dos menores pagamentos de apoio à superfície / rendimento na UE







Percentagem da despesa pública total da PAC dedicada ao investimento



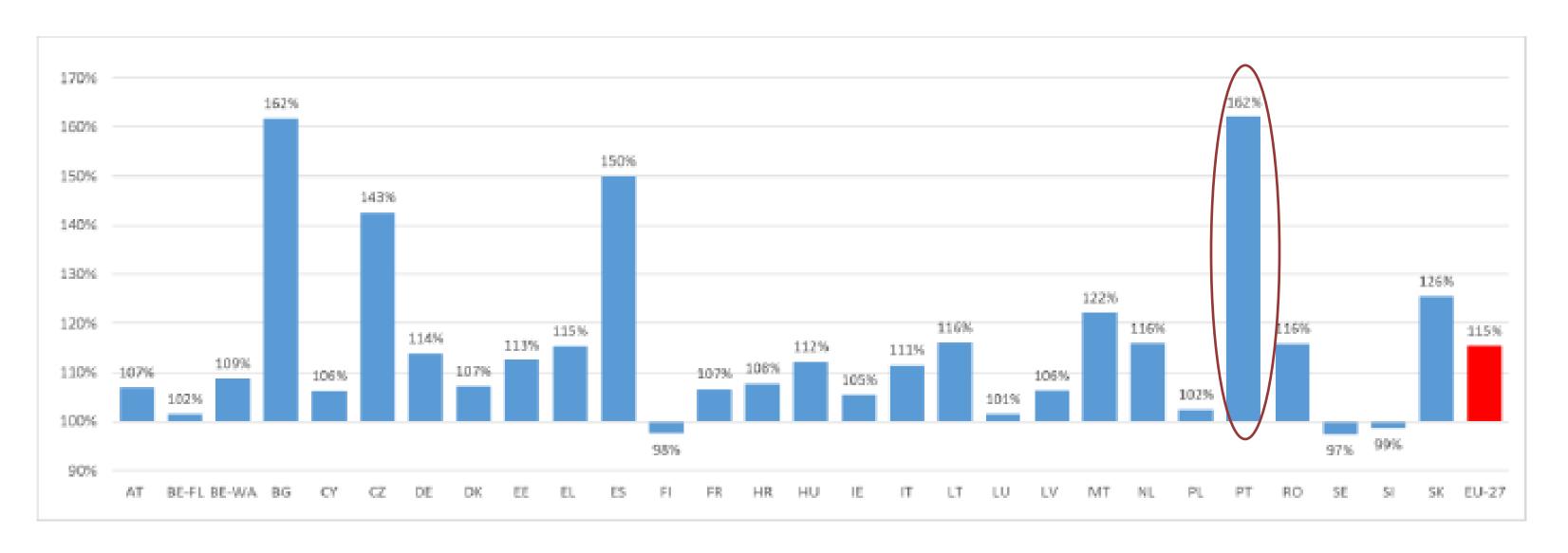
Fonte: Comissão Europeia

Portugal EM com uma das maiores proporções do apoio ao investimento no quadro da PAC





Percentagem de pagamentos diretos adicionais por hectare para explorações de dimensão inferior à média (em comparação com o pagamento médio por hectare)



Fonte: Comissão Europeia

Portugal é o EM com maior redistribuição entre grandes e pequenas explorações



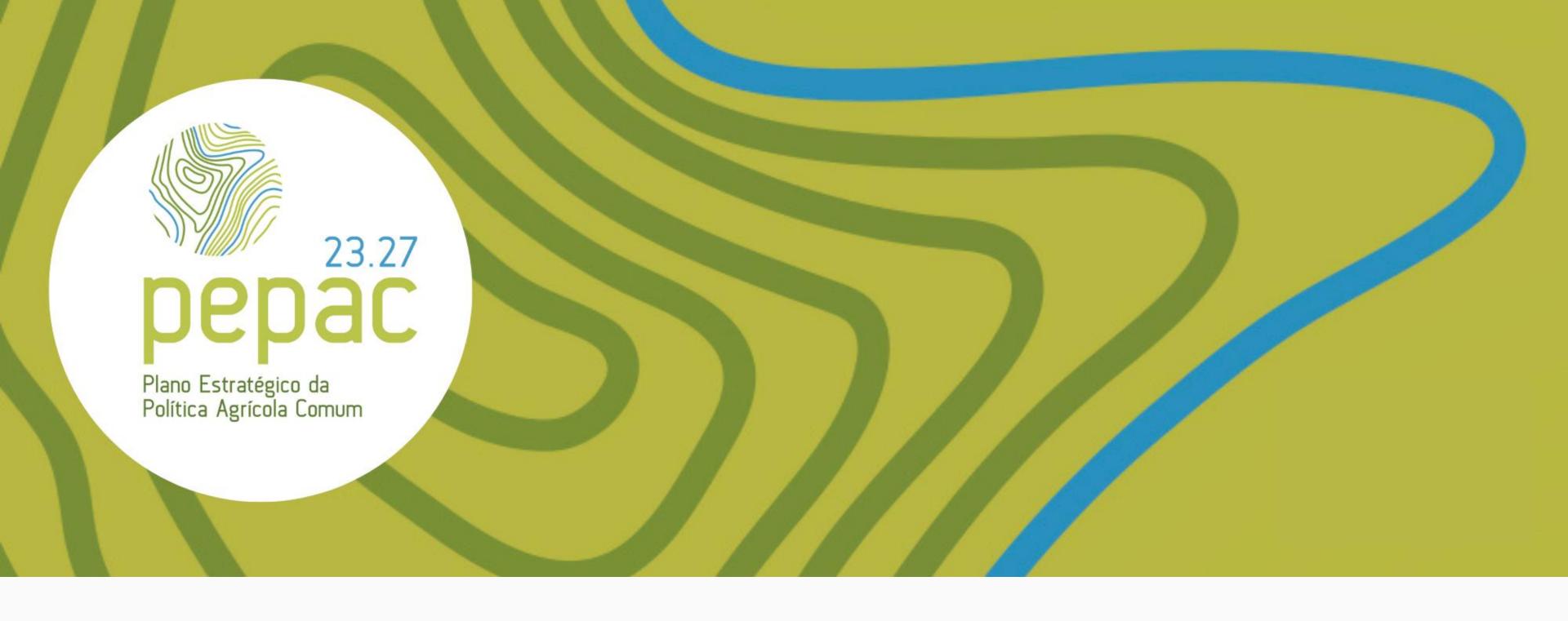
Alterações de contexto e Reprogramação PEPAC

- O percurso para um mercado mundial livre de quaisquer barreiras comerciais teve variações, em função do contexto de crescente belicismo:
 - Alterou modelos de negócio de modo geral e afetou em particular a agricultura consumidora direta e produtora de matérias-primas.
- A instabilidade dos mercados mundiais tem causado o adiamento da execução de investimentos de um modo geral:
 - Traduz igualmente num desfasamento temporal dos vários instrumentos de apoio, nomeadamente dos atuais PDR e do PRR, que têm financiamentos setoriais com elevado volume disponíveis para o futuro próximo.
- A perda de eficiência do investimento agrícola que se está a observar torna a necessidade de reforçar mecanismos concorrenciais neste mercado, induzindo um maior envolvimento das entidades financeiras privadas.



Alterações de contexto e Reprogramação PEPAC

- ❖ Nova delimitação FEDER/FEADER
- Em sentido contrário, a alteração do Plano Nacional de Regadios (Resolução do Conselho de Ministros nº 206/A de 2023), agora sem financiamento BEI, obriga a um reforço desta matéria no PEPAC.
- É necessário adaptar a forma de intervenção sectorial, alterando o modo de assegurar a resiliência, pelo diferente doseamento dos vários instrumentos:
 - Colocando mais ênfase no apoio direto à resiliência, quer por via da reposição do nível de apoios dissociados quer pela compensação garantida dos custos acrescidos ligados às exigências ambientais.
 - Recalendarizando e adaptando as formas de apoio às intervenções não SIGC.



Reprogramação do PEPAC - Orientações estratégicas





LINHAS GERAIS

- + Rendimento
- + Previsibilidade
- + Flexibilidade
- + Rejuvenescimento
- + Simplificação



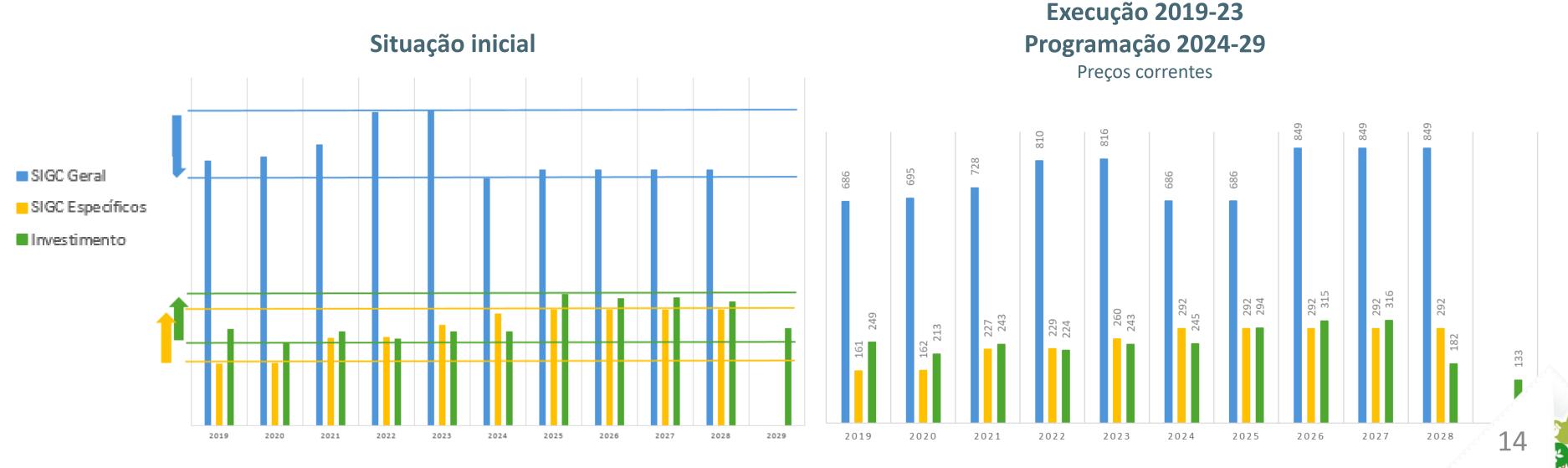
LINHAS DE REPROGRAMAÇÃO

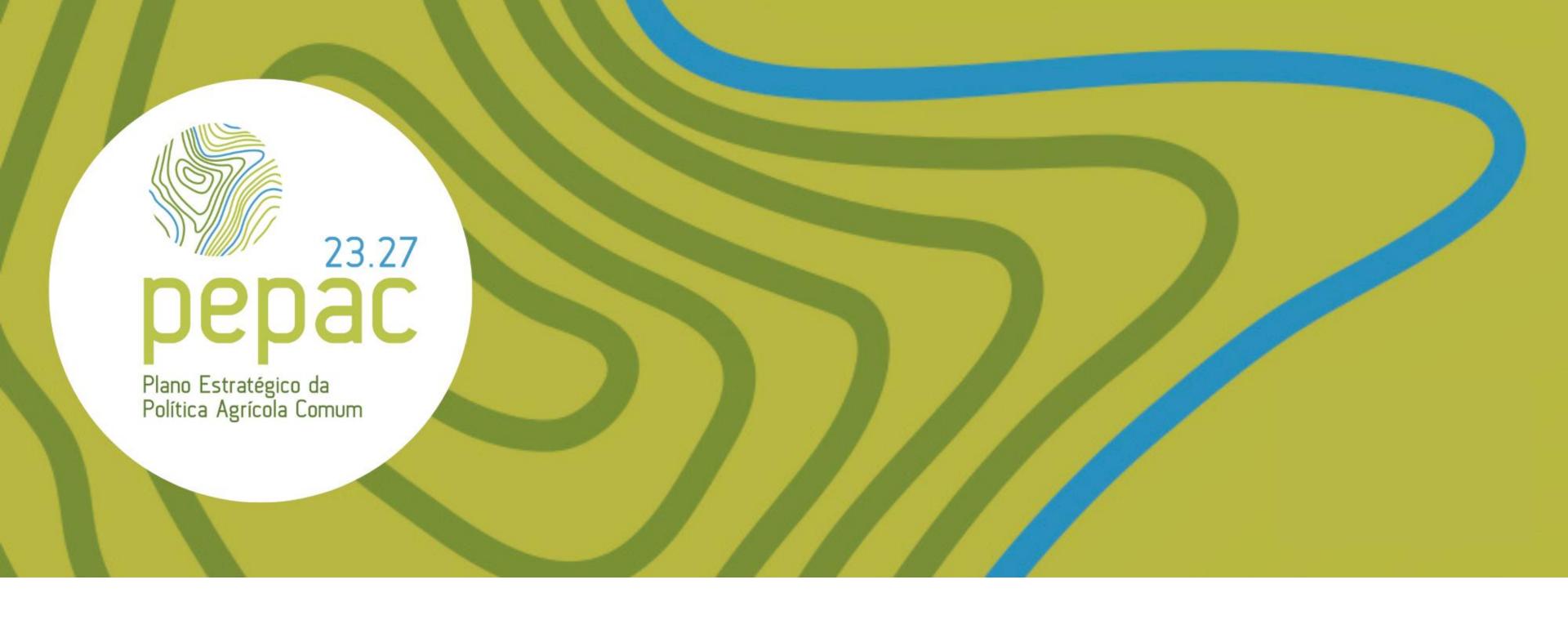
- Reforço do apoio ao rendimento
- Aumento dos apoios ambiente e clima
- Aumento do prémio à instalação de jovens agricultores
- Implementação de instrumentos financeiros
- Reforço das medidas de regadio
- Revisão do modelo de investimento
- Reforço da organização
- Revisão do Programa Nacional para apoio ao sector da vitivinicultura
- Complementaridade do apoio ao investimento da agroindústria e indústria florestal com fundos coesão



Alterações de contexto e Reprogramação PEPAC

O principal objetivo da reprogramação consiste no reforço da resiliência do recurso solo com utilização agrícola, florestal e agroflorestal, respondendo a alterações de contexto económico e de políticas europeias e corrigindo opções disruptivas anteriores.





Síntese das alterações propostas



Condicionalidade

EM NEGOCIAÇÃO

BCAA 7 - Rotação de culturas em terras aráveis

- Alterar o período mínimo de permanência da cultura secundária no solo para dois meses, possibilitando o cultivo de culturas de ciclo mais curto, que garantam o objetivo e o cumprimento das BCAA 7 de promover a melhoria do solo, sendo ao mesmo tempo economicamente relevantes para o agricultor. Período de referência para a instalação da cultura secundária de outono/inverno de 1 de outubro a 31 de maio.
- Na regra geral da rotação de culturas, a cobertura da terra arável que é exigida para a rotação de culturas é alterada para **50**%.
- Diversificação (já em aplicação em 2024).
- Estabelecimento de uma isenção das BCAA 7 para as explorações agrícolas produtoras de culturas de verão-primavera cujas terras aráveis estejam situadas em zonas inundáveis, devido ao facto de, no período outono-inverno, poderem ser inundadas, impossibilitando a realização de culturas secundárias.



EIXO A Rendimento e Sustentabilidade

EM NEGOCIAÇÃO

A1 - Rendimento e resiliência

A.1.1 - Apoio ao rendimento base (ARB)

- Aumentar o apoio ao rendimento base (de 82€/ha para 112 €/ha estimativa)
- Portugal é um dos Estados-Membros com o montante unitário indicativo mais baixo de apoio ao rendimento básico.

Aumento do montante unitário máximo, tendo em conta os elevados custos de produção e a redução contínua da superfície cultivada com milho, mantendo o nível do montante unitário indicativo.

A.1.2.8 - Pagamento ao milho grão (valor máximo: de 230€/ha para 250 €/ha)

A.1.2.9 - Pagamento ao milho silagem (valor máximo: de 138€/ha para 150 €/ha)



EIXO A Rendimento e Sustentabilidade

EM NEGOCIAÇÃO

A3 - Sustentabilidade (Ecorregimes)

A.3.1 - Agricultura Biológica

A.3.2 - Produção Integrada

• Deixam de ser intervenções de eco-regime e passam a ser intervenções agro-ambientais-climáticas.

A.3.3.2 - Gestão do solo - Promoção da Fertilização Orgânica

 Aumentar o âmbito dos fertilizantes orgânicos elegíveis para este eco-regime e contribuir para os seus objetivos, bem como aumentar a ambição ambiental deste eco-regime através da inserção de um fator de complementaridade com a bioeconomia, apoiando a utilização de bio-resíduos agrícolas para a fertilização dos solos.

A.3.4 - Melhorar a eficiência alimentar animal

• Ajustamento do número de realizações e da dotação financeira para os anos civis de 2025, 2026 e 2027 para fazer face à elevada aceitação deste eco-regime em 2023 e 2024.



EM NEGOCIAÇÃO

C1 - Gestão Ambiental e Climática

C.1.1.7- Produção Integrada (PRODI) - Culturas agrícolas

C.1.1.8 Agricultura biológica (Conversão e manutenção)

• Criação de uma nova intervenção agroambiental com base no apoio do eixo A (eco-regime), com uma adaptação adequada ao eixo C.

C.1.2.1 - Apoio às Zonas com Condicionantes Naturais

• Alteração do valor do apoio a conceder, sob a forma de pagamento anual, por hectare de superfície agrícola nas zonas de montanha, e ajustamento do limite superior da faixa de superfície agrícola elegível.



EM NEGOCIAÇÃO

C2 - Investimento e Rejuvenescimento

C.2.1.1 – Investimento Produtivo Agrícola – Modernização

- (...)
- Introdução dos custos unitários como forma de pagamento
- Alterações nos escalões de apoio, taxas de apoio e limites máximos

C.2.1.2 – Investimento Agrícola para Melhoria do Desempenho Ambiental

- Introdução dos custos unitários como forma de pagamento.
- Alterações nos escalões de apoio, taxas de apoio e limites máximos
- (...)

C.2.1.4 - Investimento produtivo agrícola - Modernização e melhoria do desempenho ambiental apoiado por um instrumento financeiro

• Criação de uma **nova intervenção** de investimento produtivo agrícola - Modernização e melhoria do desempenho ambiental apoiada por um **instrumento financeiro**, dada a dificuldade dos agricultores em obter crédito.



EM NEGOCIAÇÃO

C2 - Investimento e Rejuvenescimento

C.2.2.1 – Prémio instalação Jovens Agricultores

- (...)
- Aumento do prémio à instalação para 30 mil€ base, com majorações que podem atingir um máximo de 55 mil€.

C.2.2.2 – Investimento produtivo Jovens Agricultores

- (...)
- Introdução dos custos unitários como forma de pagamento
- Alterações nos escalões de apoio, taxas de apoio e limites máximos

C.2.2.3 - Investimento produtivo de jovens agricultores apoiado por um instrumento financeiro

Criação de uma **nova intervenção** de investimento produtivo para jovens agricultores apoiada por um **instrumento financeiro**, dada a dificuldade dos jovens agricultores em obter crédito.



EM NEGOCIAÇÃO

C3 - Sustentabilidade das Zonas Rurais

C.3.1.1 – Investimento produtivo Bioeconomia – Modernização

- Introdução dos custos unitários como forma de pagamento.
- Alterações nos escalões de apoio, taxas de apoio e limites máximos e delimitação com FEDER

C.3.1.2 – Investimento na Bioeconomia para Melhoria do Desempenho Ambiental

- Introdução dos custos unitários como forma de pagamento
- Alterações nos escalões de apoio, taxas de apoio e limites máximos

C.3.1.3 - Investimento produtivo na bioeconomia - Modernização e melhoria do desempenho ambiental apoiadas por um instrumento financeiro

• Criação de uma nova intervenção C.3.1.3 - Investimento produtivo na bioeconomia - Modernização e melhoria do desempenho ambiental apoiado por um **instrumento financeiro**, dada a dificuldade dos beneficiários em obter crédito.



EM NEGOCIAÇÃO

C5 – Conhecimento

C.5.1 - Grupos operacionais para a inovação

C.5.2 – Formação e informação

C.5.3 – Aconselhamento

C.5.5 - Acompanhamento técnico especializado - intercâmbio de conhecimento



C5 – Conhecimento

C.5.5 - Acompanhamento técnico especializado - intercâmbio de conhecimento

- Criação de um novo tipo de intervenção denominado "Apoio técnico especializado para a promoção de práticas agrícolas de precisão". As "condições de acesso" e o "alcance do apoio ao nível do beneficiário" são, por isso, alterados de modo a incluir este novo tipo de intervenção.
- Incluir **novos princípios** a utilizar na definição dos critérios de seleção, incluindo também princípios relacionados com a diversidade das acções previstas nos planos de ação, bem como com a experiência do candidato na prestação de serviços de consultoria e de apoio técnico, a qualificação do candidato na atividade, a diversificação das áreas temáticas e a tipologia de aplicação.
- No apoio técnico especializado relacionado com o agro-ambiente/recursos hídricos/agricultura de precisão, em relação aos custos indirectos, propõe-se o aumento da taxa para 40% e o aumento do valor por plano de ação para 150 milhões de euros.
- No caso do **apoio técnico especializado** relacionado com a **instalação de jovens agricultores**, o apoio é concedido sob a forma de **custos unitários**, num montante máximo de 1 milhão de euros por plano de ação.
- Introdução dos custos unitários como forma de pagamento.

EM NEGOCIAÇÃO



Perspetivas de evolução da PAC no contexto político do Pós-2028



Desafios globais da EU- incertezas

Geoestratégia e contexto socio-político

- ➤ Nova Administração dos EUA + Protecionismo
- Guerras da Ucrânia e Médio Oriente
- Erosão da coesão social
- Capacidade de integração das correntes migratórias
- Disparidade/ desigualdade nas competências –
 acesso à tecnologia

UE

- Nova Comissão Europeia (mais centralizada) e novo
 Parlamento Europeu (mais fragmentado)
- > Situação económica e próximas eleições na Alemanha
- Pressão sobre o financiamento (público e privado)
- Iniciativas sobre Alargamento
- Guidelines da Comissão 2024-2029 apresentação da
 Visão para o futuro da Agricultura e do QFP



Documentos Estratégicos da UE

* Relatório Letta "Muito mais do que um mercado"

- Redefinição do Mercado único. Necessidade de maior integração (serviços financeiros; energia; Comunicações eletrónicas) Criação do conceito político de "quinta liberdade" para colocação da I&D; educação e inovação no centro das políticas do mercado único.
- Compromisso de longo prazo com uma transição verde e digital justas recomendações abrangentes: por ex. na resiliência da água. Investimento necessário p/ Inovação; Transformação Digital; tecnologias verdes + indústria defesa.

* Relatório Draghi "O Futuro da Competitividade Europeia"

- Insuficiente investimento em setores estratégicos como energia, segurança e digitalização/ inteligência artificial (IA). Adoção lenta de tecnologias digitais e verdes, apesar de metas climáticas ambiciosas.
- Fragmentação do mercado interno. Barreiras regulatórias que impedem as empresas europeias de criar escala.
- Processo de transformação necessário pressupõe aumento substantivo do financiamento acompanhado de reformas para aumentar foco e eficiência. 800 mil M€ (fundos públicos e privados e transferência fundos Coesão e PAC para Inovação; Defesa; Energia.



Documentos Estratégicos da UE

- * Relatório sobre o Diálogo Estratégico para o futuro da Agricultura Europeia
 - Conjunto de recomendações reduzir a pressão sobre os rendimentos e os encargos administrativos
 - :- acordos comerciais a estabelecer pela UE tenham em conta os impactos na atividade agrícola;
 - assegurar uma distribuição mais justa na cadeias de valor;
 - apoio à atividade agrícola permita um rendimento "digno";
 - rever os requisitos e metodologias de aplicação do apoio ambiental
 - Acelerar o processo de transição para uma agricultura mais sustentável;
 - regimes alimentares saudáveis, o bem-estar dos animais, as sementes e a gestão da água.
 - Para apoiar o processo de transição para o novo modelo, é proposta criação de dois fundos
 - Fundo temporário para a transição justa e Fundo para o Restauro da natureza

Prioridades da UE



Inovação e I&D

Recuperar atraso face

aos EUA e China

Novas Prioridades da UE/Quadro Financeiro Plurianual

Energia
Resolver dependência e reduzir preços

Descarbonização e
Competitividade
Conciliar ambas
(Meta Climática 2040)

Alargamento da UE a
Leste /Globalização
Impacto nos Apoios da
PAC e no Mercado
Interno

Segurança e Defesa Reforçar reduzindo dependências e vulnerabilidades



Marcos da evolução da PAC

PRÉ-LISBOA

Lançamento da Política Agrícola Comum (PAC)

1992 Reforma MacSharry

1999 Agenda 2000

Reforma Fischler ou revisão a médio prazo

Health Check da PAC

PÓS-LISBOA

2009 Tratado de Lisboa

2013 Reforma para a PAC 2014-2020

2019 Acordo Verde Europeu

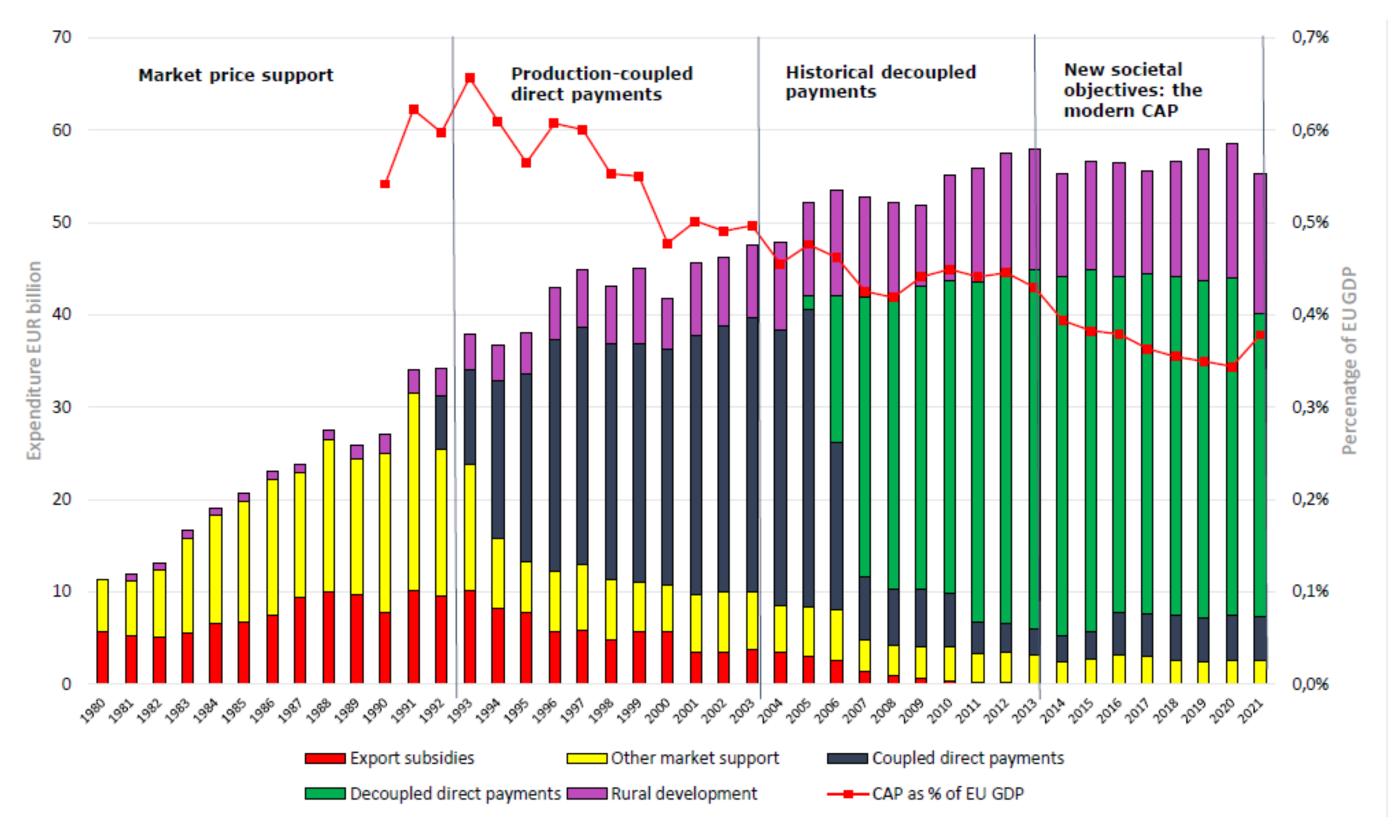
2021 Reforma para a PAC 2023-2027

2028 ...

• • •



Evolução da PAC em termos dos instrumentos de política disponíveis



Fonte: DG AGRI



Green Deal – Que Futuro?

Um dos pilares da política da UE

Objetivo: Tornar a economia europeia sustentável e climaticamente neutra até 2050

Nova conjuntura Global condicionará aplicação do GD (?)

Trade-off c/ competitividade/ sustentabilidade

Aumento dos custos de produção / novas tecnologias

Vulnerabilidades na dependência da importação

Desafios colocados à agricultura



Pacto Ecológico Europeu

Quadro síntese das iniciativas legislativas



Apresentação

Fase Negocial

Estratégia "Do Prado ao Prato"

Regulamento Uso Sustentável Produtos Fitofarmacêuticos

Diretiva das Alegações Ambientais

Pacote Economia circular II

Sistemas Agroalimentares Sustentáveis e Utilização de Recursos

Revisão da Legislação Bem – Estar Animal

Perdas de Peletes de Plástico para Reduzir Poluição por Microplásticos

Estratégia para a

Regulamento da Restauração da Natureza

Novo Pacto para os Polinizadores

FIT 55

Diretiva das Emissões Industriais

Pacote Poluição Zero

Certificação das Remoções do Carbono

Pacote OSOA – Uma Substância, Uma avaliação

Meta climática 2040 (comunicação)

Gestão Riscos climáticos (Comunicação)

2022 - 2º trimestre	Retirado de negociação
2023 - 2º trimestre	Em negociação no Conselho
2022 - 4º trimestre	Negociação concluída/Mar2024
2023 - 2ºsemestre	Em negociação no Conselho
2023 - 2ºsemestre	Em negociação nos Trílogos
2023 - 4ºtrimestre	Em negociação no Conselho

biodiversidade

2021 – 2º trimestre

2022 - 2º trimestre

s/ previsão

Negociação Concluída/2023

Negociação concluída/Dez2023

Acordo final revertido/Mar2024

2022 - 2º trimestre

Acordo PE/Nov2023

2022 - 4º trimestre

Negociação concluída em 2 propostas/Mar2024

2021 - 3º trimestre

Acordo PE/Fev2024

2023 - 4º trimestre

Em negociação no Conselho

2024 - 1º trimestre

Em negociação no Conselho

2024 - 1º trimestre

Em negociação no Conselho

Lei Europeia do Clima



Que questões se colocam?

- Dimensão do Orçamento UE
 - Reforços EM ou Empréstimos (caso da defesa?)
 - Recursos próprios
- Centralização de fundos numa lógica PRR Financiamento a troco de Reformas
- Alinhamento dos objetivos de segurança e energia
- Secundarização da PAC vs. enfatização do seu contributo para as dimensões ambientais, económicas e sociais



"quero um **orçamento baseado em políticas e não um orçamento baseado em programas**, (...) mais simples no seu modo de funcionamento, com menos programas e um plano para cada país que associe as principais reformas ao investimento, concentrando-se nas nossas prioridades comuns" (UvdL, Political Guidelines 2024-29)

Debate UE - pós 2028



O que defendemos

- Orçamento PAC igual em termos nominais (que já constitui redução)
- A agricultura como setor estratégico na UE contribuindo para:
 - Segurança e defesa / Segurança alimentar
 - A Coesão social / Territorial
 - Contributo para a descarbonização
- Inclusão de instrumentos para a agricultura e alimentação nos fundos já existentes (I&D; Transição...)

O que nos opomos

- Corte ou dispersão dos fundos da PAC (PAC sem dois pilares)
- Uma nova gestão de fundos global sem ter em conta especificidades territoriais
- Negociação fora das instituições
- Agricultura e alimentação secundarizada no objetivo da Autonomia Estratégica UE

Fórum Corteva V Fórum Pioneer Indoor

A PAC – Política Agrícola Comum – objetivos, evolução e tendências

Santarém | 14 de novembro de 2024 Eduardo Diniz, Diretor-Geral





